

TRIMALCHIO, CLASSE SOCIAL E ESTAMENTO

Prof. Fábio Favversani

Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão acerca de elementos conceituais utilizados na análise da história social romana. Para tal, utilizamos uma figura literária construída por Petronio (Trimalchio), que foi considerada como típica da sociedade romana à época do Principado por parcela significativa da historiografia. Nossa intenção última é ressaltar os limites e possibilidades apresentados por estes conceitos e refletir sobre a possibilidade de superação de entraves que estes apresentem a uma mais rica compreensão desta sociedade.

ABSTRACT - This article intends to reflect upon some conceptual elements of the analysis of Roman Social History. In order to achieve this goal, we study Petronius' literary character Trimalchio, who is considered typical of Roman society during the period of the Principate by a significant number of historians. Our purpose is to stress the limitations of these concepts and to reflect upon the possibility of overcoming the barrier that they present for a richer understanding of that society.

PALAVRAS-CHAVE: História Romana, História Social, Trimalchio, História e Literatura.

KEY-WORDS: Roman History, Social History, Trimalchio, History and Literature.

1. Introdução

Nosso objetivo, com o presente trabalho, é apresentar uma reflexão sobre dois conceitos que têm se mostrado básicos às análises da imensa maioria dos historiadores sociais, quais sejam: 1) o conceito de classe social e 2) o conceito de estamento. Nossa reflexão se dará a partir da tentativa de compreender a posição social ocupada por um personagem do *Satyricon* de Petronio, Trimalchio, tomando por base os conceitos aludidos.

A escolha de Trimalchio, obviamente, não é casual. Ela se explica pelo próprio debate historiográfico que este personagem gerou. Trimalchio foi considerado por inúmeros historiadores como uma figura típica da sociedade romana à época do Principado. Portanto, através dele não correremos o risco de estar tomando como exemplo uma figura social singular ou até mesmo "anômala" para embasar empiricamente nossa reflexão. Outrossim,

em que pese o virtual consenso relativo à tipicidade de Trimalchio, há, entre os historiadores, uma rica polêmica quanto à questão da caracterização dessa tipicidade.

Citaremos duas posições que julgamos exemplares da latitude do debate que Trimalchio propicia apenas para exemplificar a riqueza de nosso exemplo, já que não é possível, neste momento, discutir a questão de sua tipicidade em si¹. Para ROSTOVITZ (1937, t. I, pp. 120 ss.), ele é o típico representante de uma classe ascendente, mais vinculada ao mercado, e concorrente ou aliada plausível da aristocracia fundiária de Roma; para VEYNE, (1961, pp. 213-247) ele é típico por representar justamente o contrário, ou seja, a demonstração da impossibilidade de os libertos se tornarem um grupo hegemônico, ou mesmo serem admitidos naquele pré-existente por suas limitações jurídicas (condição de ex-escravo, portanto não-cidadão) e culturais (carências da formação cultural erudita, tida como própria aos membros da aristocracia romana de nascimento livre)².

Assim, temos uma figura duplamente “típica” e bastante rica do ponto de vista da análise social como base empírica para a reflexão dos conceitos que são objeto de nossa análise.

1. Cf. D'Arms, 1981, pp. 97-120. Para Jean Andreau: os libertos “são estranhos à época em que vivem: na gama de papéis oferecidos pela sociedade romana, Trimalquão não encontra nenhum para si” (Andreau, 1991, p. 150). Segundo Pedro López Barja de Quiroga: “La discontinuidad en los *nomina* [de libertos e patronos na epigrafia funerária de Óstia] muestra que en Ostia (y, probablemente, también en Puteoli) hubo pocos Trimalciones”. (Quiroga, 1991, p. 174). Segundo Ste Croix, Trimalchio é: “in reality [...] a ludicrous series of comic exaggerations”. (Ste Croix, 1983, p. 178).

2. Finley, entre muitos outros, endossa a perspectiva de Veyne em *A Economia Antiga*. Porto, Afrontamento, 1980, p. 44.

2. Breve retrato de Trimalchio³

Será útil criar um breve retrato de Trimalchio que balize sua classificação social ulterior através dos conceitos de classe social e estamento. Nossa intenção com estes apontamentos não é discutir à exaustão este rico personagem, mas tão somente expor os elementos constitutivos deste para sua utilização aos fins que nos propomos⁴.

Trimalchio é um dos personagens do *Satyricon*, romance escrito por um consular romano em meados do século I d. C., do qual nos restou apenas uma parcela de seu conteúdo completo⁵. O fragmento mais

3. Utilizamos o texto estabelecido por Alfred Ernout (Pétrone, *Le Satyricon*, 10^{ma} ed., Paris, Les Belles Lettres, 1990), sendo as traduções de nossa autoria. Os números que aparecem entre parênteses nesta seção se referem à localização das passagens do *Satyricon* que julgamos conveniente citar ou apontar para apoiar este “breve retrato de Trimalchio”. Não entramos aqui na discussão sobre os exageros que Petronius cria, com uma intencionalidade cômica, na construção de Trimalchio. Satisfaz-nos notar algo óbvio: ele é verossímil dentro da sociedade romana do século I, como o demonstra a existência de outros libertos que eram mais poderosos que Trimalchio e controlavam riqueza comparável à sua (cf. Tác. *Ann.* XII, 53). Para detalhes veja-se: Alföldy, 1989, pp. 122 ss.; Quiroga, 1991, pp. 163-174; D'Arms, 1974, pp. 104-124 e a lista das maiores fortunas privadas, compilada por Richard Duncan-Jones (1982, pp. 343-344) a partir das cifras apontadas pelas fontes antigas, na qual, dentre as dez maiores, quatro são de libertos.

4. Assim, algumas polêmicas interessantes não serão abordadas por serem neste contexto irrelevantes. Citamos como exemplo, a polêmica sobre se Trimalchio era primordialmente um comerciante, agiota ou latifundiário, bem como àquela que discute se houve significativo crescimento de sua fortuna ou não. Basta-nos, como já foi apontado, que ele seja considerado típico desta sociedade e, portanto, pertinente à análise que empreenderemos.

5. Não nos importa discutir aqui o quanto do *Satyricon* original nos restou. O debate sobre este tema tem estimado que originalmente a obra deveria ser 6 ou até 12 vezes maior que a atual. Para Santidrián (1987, p. 11), seria 6 vezes; para De Guerle (*s/d*, p. XI), 10; segundo Rat (1934, p. VI), que se apoia em outros autores para tal (Douza e Collingnon) entre 6 e 12; Sullivan (1979, p. 13) fala entre 6 e 10 vezes maior. Sobre esta questão concordamos com Alfred Ernout que diz: “En vérité, toutes les suppositions qu'en pourra faire à ce sujet ne

longo da obra é a *Cena Trimalchionis*. Neste banquete, Petrônio apresenta diversos personagens que, através de suas falas, vão dando ao leitor noção de quem são eles e da trajetória que os conduziu até ali. O personagem exposto com mais detalhes aos olhos do leitor é o anfitrião, Trimalchio. Trata-se de um homem idoso (XXVII, 1) que é casado com Fortunata, uma ex-escrava que cuida dos bens de seu marido. Segundo um conviva: “Ele próprio [Trimalchio] não sabe o que possui de tão rico que é; mas aquela filha da mãe [Fortunata] sabe de todas as coisas, até o que você não imaginaria”⁶. Assim, Trimalchio é um grande proprietário que não tem como preocupação primordial a administração de seus bens, à melhor moda da aristocracia romana.

Mas, no que consiste a riqueza de Trimalchio? Cremos poder dividi-la em três partes, a fim de expô-la: 1) terras e escravos; 2) estrutura comercial e 3) dinheiro entesourado ou emprestado a juros. Destas três parcelas da riqueza de Trimalchio, a primeira é apontada como vastíssima. Diz um conviva: “Trimalchio tem tantas terras quanto pode um gavião enxergar em um vôo [...]. Quanto aos seus escravos – puxa vida! – creio, por Hércules, que nem um décimo deles conheça seu senhor pessoalmente”⁷.

Quanto à riqueza investida em atividades comerciais, temos uma fala “casual” de Trimalchio que nos dá suficiente noção de sua amplitude: “Nasci sob [a constelação de] Câncer: e como um caranguejo tenho muitos pés, assim, no mar e na terra muitas coi-

sas possuo⁸, como um caranguejo que se adapta bem tanto lá quanto cá”⁹.

Por fim, temos sua riqueza em moeda destinada ao empréstimo. Esta riqueza era complementar e se destinava simplesmente a fazer com que o dinheiro não ficasse no caixa sem se fazer rendoso. Os montantes envolvidos são enormes. Em um dia: “foram recolhidos à arca, já que não se pode colocá-los [em empréstimo], cem mil sestércios”¹⁰. Segundo um conviva, Trimalchio “tem dinheiro que não acaba mais. A grana guardada no quartinho de seu porteiro é mais do que alguém teria por todo seu patrimônio. [...] Em resumo, coloca no bolso todos estes babacas [referindo-se aos outros convivas]”^{11, 12}.

Esta proverbial riqueza garantia a Trimalchio auto-suficiência. Tudo quanto consumia fazia produzir em suas propriedades (XXXVI, 1). Deste modo, tinha importantes características comuns ao restritíssimo grupo que na sociedade romana poderia ser visto como a classe dominante ou o estamento hegemônico (como a riqueza, absentismo e auto-suficiência). No entanto, não pertencia a ele. Faltava-lhe a condição de cidadão¹³, relações de amizade com homens de grande poder¹⁴, uma car-

seront jamais que fantaisie et jeu d'imagination. Elles ne peuvent avoir de valeur probante, et n'avanceront pas d'une ligne notre connaissance de Pétrone” (Ernout, 1950, p. XIV).

6. “Ipse nescit quid habeat, adeo saplutus est; sed haec lupatria prouidet omnia, et ubi non putes.” (XXXVII, 6)

7. “Trimalchio fundos habet, quantum milui uolant [...] Familia uero – babac babae! non mehercules puto decumam partem esse quae dominum suum nouerit.” (XXXVII, 8-9). Cf. ainda: XLVIII, 2-3; LIII, 1-3 e 5-9.8

8. Quando ele fala possuir bens no mar, por certo se refere a navios (e cargas) que eram utilizados no comércio de longo percurso.

9. “In cancro ego natus sum: ideo multis sto, et in mari et in terra multa possideo: nam cancer et hoc et illoc quadrat.” (XXXIX, 8)

10. “in arcam relatum est, quod collocari non potuit, sestertium centies.” (LIII, 4)

11. Sendo que só um deles possui um patrimônio de oitocentos mil sestércios (XXXVIII, 7).

12. “Nummorum nummos. Argentum in ostiarii illius cella plus iacet, quam quisquam in fortunis habet. [...] Ad summam, quemuis ex istis babaecalis in rutae folium coniciet”. (XXXVII, 8 e 10)zz

13. Mesmo que adaptasse símbolos distintivos de cidadãos das classes censitárias mais altas (cf. XXXI, 3; LX, 8-9; LXXI, 9).

14. Não há referências de que Trimalchio, que tem todos os seus sinais distintivos expostos ao extremo no texto de Petrônio, tivesse relações sequer com um decurião do

reira pública¹⁵, tradição familiar, controle da cultura erudita¹⁶ etc.

3. A classe social de Trimalchio

Antes de tentarmos classificar Trimalchio segundo o conceito de classe social, cremos serem necessárias algumas palavras sobre o que entendemos sobre este conceito.

Para tal é inevitável perceber que desde a obra marxiana – que o cita por diversas vezes sem ter nunca ter chegado a defini-lo (ELSTER, 1989, p. 166) – o conceito de classe social passou por inúmeras críticas e reformulações que trouxeram boa dose de confusão a quem procura defini-lo de forma mais universal. No entanto, parece-nos possível estabelecer que o conceito de classe social visa organizar os diversos agentes e compreender suas possibilidades de ação coletiva a partir da constatação de que ocupam uma posição similar na estrutura de uma determinada sociedade. Para ser possível tal diagnóstico, é ne-

municipium provinciano em que se encontrava. A relação de *amicitia* mais elevada que estabeleceu é com Habinnas, um marmoreiro. Isso se torna ainda mais importante se notarmos que o banquete se passa no litoral campaniano, onde os libertos tinham uma inserção social bastante considerável. Cf. Quiroga, 1991, pp. 163-174. Ainda que Jean Andreau (1991, pp. 147-165) afirme que os “notáveis” não admitiam estabelecer relações de amizade com libertos, a falta de uma eficiente comprovação dessa sua impressão a faz ficar sem maior valor.

15. Ainda que Trimalchio procure “falsificar” o cumprimento de atividades públicas (XXX, 1-4, LXXI, 9) e, paradoxalmente, afirmasse não desejar exercê-las (LXXI, 12).

16. Sua ignorância é freqüentemente exposta, bem como sua afinidade com atitudes atribuíveis a indivíduos grosseiros (cf. XXIX, 9; L, 2 ss.; LI, 3; LII, 9-10; LIII, 12-13; LV; LIX, 3; LXXIII, 3), ainda que pretenda a todo momento se mostrar erudito (cf. L, 2; LIX, 3) e, a exemplo do que acontece com a carreira política, afirme desprezar o mecanismo de formação utilizado pelos indivíduos considerados eruditos (LXXI, 12).

cessário tomar alguma variável, ou variáveis, que propiciem o ordenamento lógico do corpo social¹⁷.

Parce-nos que quatro variáveis têm tido emprego largamente preponderante¹⁸. Examinemo-las uma a uma, perguntando-nos em que classe social encontraríamos Trimalchio através de sua aplicação.

A primeira e, sem dúvida, a mais difundida, classifica os agentes pelo controle ou não dos meios de produção¹⁹. Segundo este critério, Trimalchio pertenceria à classe dos latifundiários romanos por detê-los de raiz em quantidade invejável.

A segunda variável se refere à posição dos agentes nas relações de exploração do trabalho, criando-se, assim, três classes possíveis, formadas por: 1) aqueles que trabalham menos do que seria necessário para produzir o que obtém no processo produtivo; 2) aqueles que trabalham mais do que obtém e 3) aqueles que trabalham aproximadamente o equivalente ao que obtém. Novamente, empregando este critério, Trimalchio estaria na classe dominante, a par dos senadores romanos.

Derivado deste, temos um terceiro meio de ordenar os agentes em classes sociais que se funda na relação dos agentes no mercado de trabalho. Neste caso teríamos, mais uma vez, três classes sociais identificáveis: 1) a dos que compram força de trabalho; 2) a dos que vendem e 3) a dos que não compram nem vendem, garantindo uma situação de au-

17. Desde que não ocorra uma “infinita fragmentação” (cf. Elster, que se remete a Marx: art. cit. p.167), que tiraria a utilidade analítica do conceito.

18. Para a definição do conceito de classe, seguimos de perto as proposições feitas por Elster a respeito (1989, pp. 165-187 e 1991, pp. 319-344).

19. Utilizamos o termo controle, ao invés de propriedade, por assim incluir altos dirigentes de propriedades corporativas (como a eclesiástica) ou das sociedades anônimas, em especial as transnacionais que, embora não sejam proprietários dos meios de produção, controlam os bens que lhes garantem uma posição social elevada.

tonomia em relação a este mercado. De novo, teríamos em Trimalchio um membro da classe dominante.

Por fim, um quarto critério traça divisões de classes segundo o poder dos diversos agentes nas relações de trabalho. Por este critério teríamos também três classes: 1) os que controlam (altos dirigentes); 2) os que são controlados (trabalhadores) e 3) os que têm superiores e subordinados (posições de comando intermediárias e inferiores). Mais uma vez, Trimalchio pertenceria, sem dúvida, à classe dominante.

Portanto, Trimalchio, rico proprietário de terras e escravos, controlador de meios de produção e de seres humanos, pertenceria, segundo a aplicação do conceito, à classe dominante romana. Ele, que foi conduzido à condição de membro da classe exploradora e poderosa pelo uso do conceito de classe social, não a ocupava concretamente. Mesmo que tenhamos em vista formas diversas de compreender a sociedade romana, parece-nos claro que faltam-lhe caracteres fundamentais à posição que conceitualmente ocuparia (ALFÖLDY, 1989, pp. 130-148; MACMULLEN, 1986, pp. 85 e 98-101; ANDREAU, 1991, pp. 160 e 163-164; VEYNE, 1961, pp. 213-247; GARNSEY & SALLER, 1982, p. 24; FUNARI, 1994, p. 31). Ou seja, em que pese Trimalchio se situar em uma "posição estrutural" bastante privilegiada, isto não garante uma equivalência com respeito a sua concreta situação sócio-política, para a qual são relevantes características superestruturais das quais carecia, como já ressaltamos.

Assim, parece-nos mais razoável pensar que o conceito de classe social se mostra, na melhor das hipóteses, insuficiente para a análise da sociedade romana, visto ser incapaz de compreender um elemento social que é considerado típico desta sociedade. É preciso lembrar que uma definição não faz uma teoria e que um conceito pode ser reconstruído a fim de garantir uma mais geral e confiável aplicabilidade.

No entanto, tal como se apresenta hoje, é necessário atestar que o conceito de classe social tem uma utilidade altamente discutível para a história social romana²⁰.

4. O estamento de Trimalchio

A exemplo do que fizemos quando examinamos o conceito de classe, exporemos, sucintamente, o que entendemos pelo conceito de estamento. Tendo gerado muito menos polêmica que o anteriormente discutido, cremos ser possível retomá-lo a partir da compreensão que teve dele o autor que inspirou a muitos em seu emprego, ou seja, Max Weber.

Utilizaremos das palavras do próprio Weber para estabelecer nossa definição, procurando verificar se Trimalchio pode ser classificado através deste conceito de forma satisfatória:

Em oposição à situação de classe, condicionada por motivos puramente econômicos, chamaremos de situação estamental todo componente típico do destino dos homens que é determinado por uma estimativa social específica – negativa ou positiva – da honra." (GERTH & MILLS, 1947, pp. 186-187)

Se consideramos "como estimativa social da honra" a condição de ex-escravo, por certo Trimalchio poderia ser percebido como membro de um estamento, o dos libertos. Sigamos, assim, com a definição weberiana:

Tanto indivíduos proprietários, quanto não-proprietários, podem constituir um mesmo estamento e frequentemente isto acontece com conseqüências muito apreciáveis. (GERTH & MILLS, 1947, p. 187)

20. Conforme já apontavam as críticas feitas por marxistas aos limites deste conceito em um artigo (Annequin, Clavel-Lévêque & Favory, 1979, pp. 5-54, em especial, p. 14), já antigo, que não receberam soluções satisfatórias até aqui.

Então pertenceriam ao mesmo estamento de Trimalchio, tanto libertos ricos como era seu próprio caso, quanto aqueles miseravelmente pobres. Avancemos então:

Em resumo, a honra estamental é normalmente expressa por, antes de tudo, um estilo de vida que deve se esperar de todos aqueles que integram este círculo fechado, objetivando, assim, restringir a mobilidade 'social' (ou seja, aquela mobilidade não submetida a motivações econômicas ou comerciais). Estas restrições podem reduzir os casamentos ao interior do próprio estamento e podem levar a um completo fechamento endogâmico. (GERTH & MILLS, 1947, pp. 187-188)

Se fôssemos atribuir um *estilo de vida* a Trimalchio, certamente teríamos que atentar a três pontos básicos: 1) a precariedade de seus conhecimentos no campo da cultura erudita; 2) a ausência de atividades vinculadas à vida pública e; 3) afastamento em relação a uma tradição familiar a ser cultivada.

Quanto ao primeiro aspecto do "estilo de vida" de Trimalchio, teremos que excluir do estamento dos libertos alguns indivíduos que pertenciam ao mesmo *status* jurídico do personagem petroniano. Já que devemos considerar a existência de libertos que escaparam a este "estilo de vida", como os escravos – potenciais libertos – formados pelos senhores na função de educar os filhos da mais fina elite romana, ou os escravos educados desde a infância pelos senhores para serem um símbolo de poder (como o próprio Trimalchio os tinha, sem conseguir torná-los eruditos por suas óbvias limitações), entre inúmeros outros casos (RAWSON, 1985, pp. 6 ss.; VEYNE, 1961, p. 220), como o de Terêncio, um dos maiores comediógrafos romanos e que era um liberto.

Da mesma forma, teríamos que excluir alguns indivíduos ao examinar o concenente ao afastamento em relação à carreira pública. Vários libertos a praticaram, em especial na condição de decuriões das cidades que encontravam dificuldades para recrutar,

entre os membros livres (*ingenui*) de seu *municipium*, elementos dispostos a financiar o evergetismo que se exigia dos pretendentes ao cargo²¹, sem contar com os *Augustales*, que não se poderá tratar como desprezíveis, mesmo que não tenham poder decisório sobre assuntos municipais.

Além disso, pela aplicação do conceito, todos os caracteres vinculados à superexposição de sua riqueza deveriam ser desconsiderados para a tentativa de "compreensão de ações coletivas" empreendidas por Trimalchio, já que a riqueza não é elemento fundamental para a divisão estamental (conforme vimos Weber explicitar acima) e, ainda, porque a imensa maioria dos libertos não tinham riquezas em quantidade suficiente para praticá-la. Destaque-se que esta superexposição da riqueza é uma das características mais marcantes de Trimalchio.

Além destas flagrantes limitações do conceito de estamento para garantir a compreensão de Trimalchio, o que surge como mais significativo nesta passagem refere-se à impossibilidade de se pensar em uma estabilidade estamental dos libertos, devido à peculiaridade de não se reproduzirem geneticamente e, portanto, carecerem de um elemento fundamental de perpetuação de um "estilo de vida". Ora, o filho de um liberto é de *status* jurídico livre e, assim, cria uma instabilidade dada pela renovação familiar completa de seus membros a cada geração, sendo difícil pensar que tal conjunto de indivíduos se torne um estamento no sentido atribuído ao conceito. Não

21. Em 24 d. C., a *lex Visellia* proibiu este acesso dos libertos às magistraturas municipais, ainda que, se pensarmos no grande número de transgressões a esta lei no Baixo Império, seja possível imaginar que seu efeito tenha sido limitado mesmo logo após o início de sua vigência. Ainda que seja uma hipótese razoável, esta teria que ser comprovada para se tornar um argumento mais sólido. Ainda assim, é certo que muitos libertos alavancaram a carreira política de seus filhos, influenciando, de forma indireta, em um universo que estar-lhes-ia fechado. Cf. Quiroga, 1991, 163-174; D'Arms, 1974, pp. 104-124; Andreau, 1973, pp. 213-254.

há perspectiva de estruturação de um “estilo de vida” marcante que sobreviva com este nível de renovação, em especial se pensarmos que quase todos seus membros chegam ao “estamento” na idade adulta. Além disso, independe da vontade dos membros do estamento o ingresso de novos elementos, já que a manumissão era de competência externa a eles, ou seja, dependia de senhores e escravos²².

Seguindo com a definição weberiana:

O desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação resultante de uma usurpação na maior parte das vezes. Tal usurpação é origem normal da maior parte da honra estamental. Mas o caminho que liga a situação puramente convencional a um privilégio legal – positivo ou negativo – é facilmente trilhado tão logo quanto uma determinada estratificação tenha de fato sido ‘vívida’ e tenha obtido estabilidade em virtude de uma estável distribuição do poder econômico. (GERTH & MILLS, 1947, p. 188)

Aqui é bastante difícil determinar que espécie de “usurpação” teria sido praticada para se criar o estamento dos libertos. A obtenção da condição de liberto junto a um senhor tem motivações cuja variabilidade é enorme e não creio ser possível atribuir a nenhuma delas a condição de usurpadora. Além disto, e mais importante, novamente a idéia de estabilização de um grupo de indivíduos na condição de libertos com pequeno grau de renovação é, *por definição*, impossível. Assim, um componente importante do conceito inexistente, pois, para Weber, as ações conjuntas são dadas pelo “sentimento que têm os que agem de pertencerem a um conjunto” (GERTH & MILLS, 1947, p. 183), “com a exclusão deliberada dos estranhos como o outro lado da moeda” (SEDI,

22. É claro que os libertos podiam interferir em casos particulares, quer comprando a liberdade de escravos, quer libertando ou não escravos seus. Mas isto não altera o fundamental: o ingresso de novos membros não estava sobre controle exclusivo do próprio “estamento”.

1973, p. 45)²³. Não é possível saber quem é o outro lado da moeda: os escravos, os livres pobres, a elite senatorial, os equestres? Eu não arriscaria uma posição neste sentido e não saberia, igualmente, como explicar tomando o conceito de estamento, que os libertos urbanos tenham agido várias vezes em conjunto com escravos e livres pobres urbanos, como, por exemplo, nos distúrbios que acometeram Roma durante as Guerras Civis do final da República (BRUNT, 1981, pp. 87-117), e não tenham empreendido nenhuma ação coletiva com libertos rurais que estariam supostamente do mesmo lado da moeda. Não teria explicação igualmente para responder porque *Petrônio colocou, como convivas de Petrônio*, membros do outro lado da moeda como os *scholastici* Agamemnon, Encolpio e Ascilto. Do mesmo modo, não vemos como encontrar uma posição estamental dos libertos quanto a “uma estável distribuição do poder econômico” que caberia aos libertos no quadro da sociedade romana.

Como fizemos com o conceito de classe, somos obrigados a atestar os grandes limites encontráveis na aplicação do conceito de estamento que, se pode ser maravilhosamente aplicado para compreender a elite senatorial, é ineficiente em relação aos libertos e, certamente, se mostraria ainda mais limitado se aplicado aos *ingenui* romanos ou aos não-cidadãos livres pobres do Império²⁴.

Ainda mais, cumpre destacar que, a bem da verdade, a noção de estamento para a Antiguidade tem

23. Que cita Weber, Max *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1948, t.1, pp. 245 ss. para sustentar suas palavras.

24. Esta diferente adequação da utilidade do conceito weberiano às elites parece-nos explicável, ao menos em parte, pela própria concepção elitista do autor quanto às possibilidades de intervenção dos membros de uma sociedade na definição de seus rumos (cf. Weber, 1993). Para Weber (1993, p. 126): “Não é a ‘massa’ politicamente passiva que forja o dirigente, mas é o dirigente político que conquista seus segui-

sido utilizado, em geral, de forma muito mais pobre do que aquela proposta por Weber. Comumente o que se vê é a criação de uma confusão entre estamento e categorias de status jurídico²⁵, ou seja, a recriação de uma categoria específica de divisão do corpo social estabelecida pelos antigos com uma *finalidade e gênese* específicas cuja transformação em categoria sociológica estabelece uma readequação de cuja validade duvidamos tanto em sua utilidade analítica, quanto nos interesses que parecem motivar sua utilização (LÉVÊQUE, 1972, pp. 71-93; CARDOSO, 1988, p. 13).

dores e, através da 'demagogia', conquista a massa". Seguindo este raciocínio, parece-nos igualmente razoável pensar que os limites deste conceito no campo da história social da Antiguidade só não têm sido colocados mais claramente devido à predominância de abordagens elitistas nesta área (cf. Funari, 1989, pp. 9-10 e 73-75), quando não claramente preconceituosas em relação aos setores menos favorecidos das sociedades clássicas. Citamos, apenas a título de exemplo, algumas passagens de autores com perspectivas analíticas bastante diversas: "Só quem trabalhava era a gentinha; as pessoas de bem exerciam em todas as coisas uma atividade de direção" (Veyne, 1990, p.137). Esta afirmação de Veyne acerca dos grupos sociais livres da Roma Imperial menos privilegiados socialmente, não lhe é exclusiva. Rostovtzeff, a quem Veyne se opôs quanto a Trimalchio, antes dele já dizia que: "Da vida das classes inferiores da época (séc. I a.C.) nada sabemos, mas é pouco provável que tivesse atrações especiais" (Rostovtzeff, 1967, p. 160). Mesmo autores que se debruçaram sobre estas "classes inferiores" não apontaram para proposições mais valorizadoras destes grupos enquanto objeto de estudo; como exemplo disto temos Catherine Salles que os estudou e diz: "Bandidos, escroques ou prostitutas estão longe de constituírem 'categorias sócio-profissionais'; não passam da escória das sociedades harmoniosas; não passam da escória das sociedades harmoniosas e bem organizadas, uma escória cada vez maior, que ia invadindo o mundo antigo e o teria submergido se esse não tivesse erguido barreiras capazes de conter a ladroagem e a miséria numa espécie de *no man's land*" (Salles, 1982, p. 281). E. Badian, por sua vez, afirmou que: "o estudo da República Romana – e, em grande parte, também do Império – não é, basicamente o estudo de suas massas nem tampouco o das grandes personalidades: é substancialmente o estudo de suas classes dominantes" (Badian, 1968, p. 92, *apud* Funari, 1989).

25. Para citar um exemplo que conheceu grande difusão: Petit, 1976, pp. 79 ss. e 155 ss.

5. Nem classe social, nem estamento. Há uma alternativa?

Por tudo o que vimos, não há como discordar das palavras escritas por Finley:

Em conclusão, podemos demonstrar que, atualmente [1963], com relação a este tópico em particular [taxionomia social], o uso de rótulos e conceitos encontra-se em um estágio insatisfatório, no qual a terminologia incongruente reflete uma confusão mais profunda quanto à interpretação das próprias instituições. (FINLEY, 1989, p. 62)

No entanto, sua proposição de superação do impasse causado por esta constatação não nos parece razoável. Consubstanciada na idéia de um *continuum* social (FINLEY, 1980, pp. 88 ss. e 1983, pp. 116-132) que impossibilita a construção de quadros comparativos, a não ser inspirados na confiança do bom "instinto" do pesquisador, e reduz a pesquisa histórica a um exacerbado empirismo, ou pior, ao "achismo" livremente autorizado²⁶.

Outra tentativa de construir uma alternativa para este impasse é proposta por Paul Veyne em seu *Como se Escreve a História*, que encontrou notável difusão em nosso país. Quanto aos graves limites revelados pelas proposições do autor não é necessário dizer mais do que se lê na recensão de A. CARANDINI

26. Autorizando nossas conclusões, afirma: "Não é de surpreender que tentativas de classificação boas ou más, dependam de considerações teóricas ou subjacentes" e, por isso, "não são suficientes as classificações." (Finley, 1991, pp. 73-74). Deste modo não conseguimos encontrar sentido em palavras como as de Roland Étienne (1992, p. 376) que, em resenha ao último livro de Finley (*Sur l'Histoire Ancienne*. Paris, Éditions la Découverte, 1987, com tradução publicada pela Martins Fontes, de São Paulo, em 1994), escreveu: "Si F. Braudel disait ne pas écrire une ligne sans avoir au préalable relu une page de K. Marx, notre génération d'antiquisants ne devrait pas prendre la plume sans relire les textes de M. I. Finley".

(1979, pp. 329-354)²⁷ que demonstrou cabalmente as graves limitações das proposições epistemológicas de Veyne para uma compreensão totalizante da História. Além das proposições de Veyne em seu “ensaio de epistemologia”, temos um retrato de sua efetiva aplicação em um livro menos conhecido no Brasil. Em *Le Pain et le Cirque*²⁸ o autor reedita os limites de sua perspectiva como se encarregaram de demonstrar, desta feita, Peter GARNSEY (1991, 164-168)²⁹ e ANDREAU, SCHNAPP e SCHMITT (1978, 307-325)³⁰

Outra alternativa interessante no campo da história social da Antiguidade é apresentada pelo grupo conhecido como os “vernantians”. Para se notar os limites impostos pela sua importante proposta de revisão metodológica quanto ao aspecto específico que discutimos, basta lembrar que dois de seus mais importantes representantes não conseguiram chegar a um acordo sobre se os escravos constituem ou não uma classe social (VIDAL-NAQUET, 1989, pp. 86-97 e VERNANT, 1992, pp. &&)³¹. Este desacordo de-

monstra o nível de importância que é dado por estes excelentes historiadores à questão da taxionomia social.

Vamos ficando, assim, pela inadequação de nossos conceitos, condenados ao puro empirismo no que se refere à taxionomia social? Neste ponto do debate parece-nos muito importante retomar as palavras de Pierre Lévêque:

a permanência de uma atitude – refugiada, com uma essência positivista, em quadros estritamente jurídicos – revelam claramente também o uso de conceitos! – apresentados como específicos e naturais, seguindo diretamente um Aristóteles ou um Cícero, sem que seja colocada jamais a questão da gênese e da finalidade do direito e de suas categorias. [...] Só o método marxista permite conduzir, para além das aparências, uma análise total³², já que, partindo de todos os aspectos da realidade histórica, revela o níveis complexos de articulação e coloca em evidência as relações genéticas e estruturais que estabelecem entre si no desenvolvimento dialético da história. (LÉVÊQUE, 1972, 77 e 86-87)

Ainda que não possamos concordar com o brilhante historiador francês no que concerne ao marxismo ter que se fundamentar necessariamente em uma Economia Política³³ que tenha por base o conceito de classe, já que, como vimos, este traz sérios limites para os quais não conseguimos ver uma solução satisfatória, e, diga-se de passagem, problemas que há décadas tem-se tentado solucionar, a nosso ver, sem sucesso. No entanto, é importante destacar a relevância do que nos diz Lévêque sobre o perigo maior do empirismo exacerbado que nada explica e

27. Para Carandini: “Cotidianidade e psicologismo estão bem delimitados. Assim, para o autor (Veyne), a cotidianidade é a cotidianidade das classes dirigentes”, (p. 341) e, ainda, “Quando entre economia e história, entre matéria e espírito se cria um abismo, é sinal que não se quer compreender o real na sua totalidade pelo temor de mudar a ordem social existente (temor inconfessável, ainda que muitas vezes confessado).” (p. 354). A crítica de Carandini não conhece, curiosamente, tradução para o português.

28. Deste livro Veyne deu uma antecipação em artigo publicado em *Annales* (1969, pp. 785-825).

29. O autor chama atenção para a contradição entre a pretensa sustentação do trabalho na conceituação e erudição, quando VEYNE deixa a desejar em ambas (pp. 166-168), além de utilizar seu já conhecido estilo: “V. é um polemista descompromissado. Além disso, é um escritor difícil, por ser difuso e ‘fuyant’.” (p. 168).

30. As críticas feitas a sua obra por membros da sua própria “escola” foi ainda mais aguda do que aquela de Garnsey. Para estes: “O método de *Pain et le cirque* é mais uma técnica de escritura do que um sistema de análise. [...] O livro é, do começo ao fim, conflituoso – como é a posição de um erudito que se fecha em seu gabinete de humanista para as ‘drogues’ mais importantes do século” (p. 323).

31. Note-se que ambos ocuparam a direção do “Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes”, tendo Vidal-Naquet substituído Vernant.

32. Cf. Cardoso, 1988, pp. 10 ss.

33. Uma excelente defesa da Economia Política encontra-se em Cardoso (1988, pp. 8-10), com o qual concordamos quando afirma que: “a questão central consiste em saber se existem ou não, nas sociedades pré-capitalistas, regularidades estruturais passíveis de teorização. Acredito que sim.” (p. 9)

preserva os pré-conceitos dos antigos (CARDOSO, 1988, p. 13), garantindo um arsenal ideológico que as elites contemporâneas têm sabido recriar e aproveitar (FUNARI, 1989, pp. 74-75).

Neste sentido, parece-nos proveitoso – obviamente, aos pesquisadores preocupados em compreender a história social antiga em uma perspectiva transformadora – procurar encontrar mecanismos alternativos de compreensão da formação de grupos sociais que estabeleçam ações coletivas a partir de marcos metodológicos alternativos àqueles estabelecidos pelo conceito de classe social.

Assim, surge como promissora uma perspectiva de análise fundada nas relações diretas de poder (GARNSEY & SALLER, 1987, pp. 148-159) que propiciaria, por um lado, possíveis soluções às críticas levantadas ao conceito de classe e, por outro, garantiria, se empregada de uma forma múltipla, pensada como redes de relações, ao invés de forma binomial, a criação de grupos sociais que garantissem as categorias analíticas necessárias à compreensão das ações coletivas.

6. Conclusão

Retomando resumidamente tudo que vimos, cremos poder concluir que: 1. a história social apresenta uma séria crise metodológica no que se refere à taxionomia social e à capacidade de compreendermos as ações coletivas em sociedades da Antigüidade; e que 2. há três soluções básicas para este

impasse: a. reduzir as análises ao empirismo, saindo dele apenas através de “insights”, cuja comprovação detida ou possibilidade de utilização para fins comparativos mais amplos são limitadíssimas; b. seguir tentando utilizar uma categoria analítica, ou seja, a de classe social, cujos limites têm se mostrado, *até aqui*, insuperáveis; ou c. buscar criar uma categoria analítica alternativa que possa satisfazer as necessidades de compreensão das potencialidades ou efetiva ocorrência de ações coletivas dos agentes sociais. Por tudo quanto vimos, cremos que a primeira solução para o problema só é solução para aqueles que não são partidários de uma história científica e transformadora, inviabilizada nos marcos apontados por esta; a segunda é positiva mas encontra limites para os quais não encontramos solução possível; restando, assim, a terceira, que tem um mérito decisivo: praticamente não tem sido experimentada e que, por nos parecer promissora, é uma perspectiva de análise que merece ser testada.

7. Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Pedro Paulo Abreu Funari e Norberto Luiz Guarinello que fizeram valiosas sugestões e críticas ao manuscrito deste artigo e a Adriano S. L. da Gama Cerqueira e Marco Aurélio Santana pelas discussões que muito cooperaram para clarificar algumas de minhas idéias. Os equívocos e incorreções remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. *História Social de Roma*. Lisboa, Presença, 1989.

ANDREAU, Jean. “O Liberto”. In: GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa, Presença, 1991, pp. 147-165.

- _____. "Remarques sur la société pompéienne (à propos des tablettes de L. Caccilius Jucundus)". *Dialogue d'Archeologia*, 2-3, 1973, pp. 213-254.
- _____. SCHMITT, Pauline & SCHNAPP, Alain. "Paul Veyne et l'évergétisme". *Annales ESC* 33, 1978, pp. 307-325.
- ANNEQUIN, J., CLAVEL-LÉVÊQUE, M. & FAVORY, F. "Formas de Explotación del Trabajo y Relaciones Sociales en la Antigüedad Clásica". In: AAVV. *Formas de Explotación del Trabajo y Relaciones Sociales en la Antigüedad Clásica*. Madrid, Akal, 1979, pp. 5-54
- BRUNT, P.A. "Plebe Urbana". In: FINLEY, M.I. (ed.) *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid, Akal, 1981, pp. 87-117.
- CARANDINI, Andrea. *Archeologia e Cultura Materiale. Dai "Lavori Senza Gloria" nell'Antichità a una Política dei Beni Culturali*. Bari, De Donato Editore, 1979.
- CARDOSO, C. F. S. "Economia e Sociedades Antigas. Conceitos e Debates". *Classica*, 1, 1988, pp. 5-19.
- D'ARMS, J. H. "Puteoli in the Second Century of the Roman Empire: a Social and Economic Study". *Journal of Roman Studies* 64, 1974, pp. 104-124.
- _____. "The 'Typicality' of Trimalchio". In: *Commerce and Social Standing in Ancient Rome*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1981, pp. 97-120.
- DE GUERLE, J.N.M. "Recherches sceptiques sur le *Satyricon* et son autor". In: PÉTRONE. *Oeuvres Complètes de Pétrone*. Traduit par M. Héguin de Guerle. Paris, Garnier Frères, s/d. pp. VII-XLV.
- DUNCAN-JONES, Richard. *The Economy of the Roman Empire. Quantitative Studies*. 2nd ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ELSTER, Jon. "Tres Desafíos al Concepto de Clase Social". In: ROEMER, John E. (comp.). *El Marxismo: Una Perspectiva Analítica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 165 - 187.
- _____. *Making Sense of Marx*. New York, Cambridge, 1991.
- ÉTIENNE, Roland. "Compte rendu à FINLEY, M.I. Sur l'Histoire Ancienne. Paris, Éditions La Découverte, 1987." *Ann. ESC* 47, 2, 1992, pp. 376-377.
- FINLEY, M. I. "Between Slavery and Freedom". In: *Economy and Society in Ancient Greece*. Harmondsworth, Penguin, 1983, pp. 116-132.
- _____. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- _____. *A Economia Antiga*. Porto, Afrontamento, 1980.
- _____. *Uso e Abuso da História*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Cultura Popular na Antigüidade Clássica*. São Paulo, Contexto, 1989.
- _____. *Roma. Vida Pública e Vida Privada*. São Paulo, Atual, 1994.
- GARNSEY, P. & SALLER, R. *The Early Principate. Augustus to Trajan*. Oxford, At Clarendon Press, 1982.
- _____. *The Roman Empire. Economy, Society and Culture*. London, Duckworth, 1987.
- GARNSEY, Peter. "The generosity of Veyne". *Journal of Roman Studies* 81, 1991, pp. 164-168.
- GERTH, H.H. & MILLS, C. Wright. *From Max Weber: Essays in Sociology*. London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd., 1947.
- LÉVÊQUE, Pierre. "Problèmes théoriques de l'histoire et sociétés antiques" (Entretien avec P.L., par Marie-Luce Hazebrucq). In: AA.VV. *Aujourd'hui l'Histoire*. Paris, Éditions Sociales, 1972, pp. 71-93.
- MACMULLEN, Ramsey. *Les Rapports entre les Classes Sociales dans l'Empire Romain. 50 av. J.-C. - 284 ap. J.-C.* Paris, Seuil, 1986.
- PETIT, Paul. *La Paz Romana*. Barcelona, Labor, 1976.
- PÉTRONE. *Le Satyricon*. 10^e éd. Texte traduit et établi par Alfred Ernout. Paris, Les Belles Lettres, 1990.
- QUIROGA, Pedro López Barja de. "La Dependencia Económica de los Libertos en el Alto Imperio Romano". *Gerión* 9, 1991, pp. 163-74.
- RAT, Maurice. "Introducción". In: PÉTRONE. *Satyricon*. Traduit par Maurice Rat, Paris, Garnier Frères, 1934. pp. I-XXVIII.
- RAWSON, Elisabeth. *Intellectual Life in the Late Roman Republic*. London, Duckworth, 1985.
- ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- _____. *História Social y Económica del Imperio Romano*. 2^{ta} ed. Madrid, Espasa-Calpe, 1937.
- SALLES, Catherine. *Nos Submundos da Antigüidade*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- STE CROIX, GEM. *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. 2^a ed. London, Duckworth, 1983.
- SANTIDRIÁN, P.R. "Introducción". In: PETRONIUS. *Satyricon*. Madrid, Alianza, 1987, pp. 7-24.
- SEDI, Hirano. *Castas, Estamentos e Classes Sociais em Marx e Weber*. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.
- SULLIVAN, J.P. "Introduction". In: PETRONIUS and SENECA.

- *The Satyricon and The Apocolocyntosis*. Harmondsworth, Penguin, 1979, pp. 9-26.
- TACITI, Cornelii. *Annalium ab Excessu Diui Augusti Libri*. 19^o reimpr. Recognouit breuique adnotatione critica instruxit C. D. Fischer. Oxford, Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1986.
- VERNANT, J.-P. “A luta de classes”. In: VERNANT, J.-P. & VIDAL-NAQUET, P. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas, Papirus, 1989, pp. 77-85.
- VEYNE, Paul. “Le Vie de Trimalcion”. *Annales ESC*. 16, 1961, pp. 213-247.
- _____. “*Panem et Circenses*: l'évergétisme devant les sciences humaines” *Annales ESC* 24, 1969, pp. 785-825.
- _____. *Comment on Écrire l'Histoire. Essai d'épistémologie*. Paris, Seuil, 1971.
- _____. *História da Vida Privada*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, vol. 1.
- _____. *Le Pain et le Cirque. Sociologie Historique d'un Pluralisme Politique*. Paris, Seuil, 1976.
- VIDAL-NAQUET, P. “Os Escravos Gregos Constituíam uma Classe?”. In: VERNANT, J.-P. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas, Papirus, 1989, pp. 86-97.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. 9^a reimpr. de la 2^a ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- _____. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada*. São Paulo, Vozes, 1993.